

EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

Palavras-chave: Educação Permanente, Agente Comunitário de Saúde, Multiprofissional.

Introdução

O conceito de Educação Permanente em Saúde (EPS) foi inicialmente trabalhado na saúde pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), nas décadas de 1980 e 1990. Após 2003, no Brasil, foi instituída como política pública, a qual é compreendida como "aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho" (BRASIL, 2007). Sua concretização depende que os processos educativos dos trabalhadores da saúde tenham como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, sendo que pode ser considerada como orientadora das iniciativas de desenvolvimento dos sujeitos-trabalhadores e das estratégias de transformação das práticas de saúde (CECCIM, 2005; MERHY et al., 2006; DAVINI et al., 2002).

Para dar respostas às transformações ocorridas no mundo do trabalho, a educação permanente deve ser considerada como uma estratégia para a qualificação dos trabalhadores. Representa uma importante mudança na concepção e nas práticas de capacitação, supõe a inversão da lógica do processo, incorporando o aprendizado à vida cotidiana das organizações e incentivando mudanças nas estratégias educativas, de modo a focar a prática como fonte do conhecimento e colocar o profissional a atuar ativamente no processo educativo. Além disso, enfatiza a equipe interdisciplinar e amplia os espaços educativos (DAVINI, 2009).

Dessa forma, a EPS é a definição pedagógica para o processo educativo em serviço que possibilita construir espaços coletivos para a reflexão e a avaliação do sentido dos atos produzidos no cotidiano, pondo o cotidiano do trabalho em análise, tanto a incorporação acrítica de tecnologias materiais, como a eficácia da clínica produzida, os padrões de escuta, as relações estabelecidas com os usuários e entre os profissionais (CECCIM; CAPOZZOLO, 2004, p. 381).

Com a Estratégia Saúde da Família (ESF), a relação entre profissionais da equipe e usuários pode ser mais estreita pelos pressupostos de adesão da clientela, territorialização, promoção à saúde e prevenção das doenças, em substituição ao modelo hospitalocêntrico, fazendo com que os profissionais de saúde priorizem outros modelos ou sistemas de cuidado, os quais incluem o familiar e o popular, com vistas a uma maior aproximação da lógica do usuário e de uma interface entre o profissional e o usuário (BOEHS et al., 2007).

Nesse contexto, por ser representante da comunidade, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) aproxima o saber técnico das equipes de saúde ao saber popular dos diferentes grupos sociais e, assim, o seu trabalho contempla a dimensão técnica, que tem por finalidade, atender indivíduos e famílias por meio de ações de monitoramento de grupos específicos, doenças prevalentes e de risco, visitas domiciliares e informação em saúde, com base no saber epidemiológico e clínico. Na dimensão política, o ACS estabelece o modelo de atenção à saúde e o orienta na discussão dos problemas e na organização da comunidade, fortalecendo a cidadania por meio das visitas realizadas à comunidade e do processo de educação em saúde, tendo como referência os saberes da

saúde coletiva. Na dimensão da assistência social, o principal papel do ACS é a facilitação de acesso aos serviços públicos (CHIESA; FRACOLLI, 2004). Entretanto, o processo de qualificação desse profissional ainda é desestruturado, fragmentado, e, na maioria das vezes, insuficiente para desenvolver as competências necessárias para o adequado desempenho de seu papel (NORONHA et al., 2009).

Diante do exposto, considera-se que a EPS é fundamental para a equipe multiprofissional, em especial para os profissionais ACS, para que estes busquem atender às necessidades das famílias, direcionando o olhar e as ações de saúde para além das práticas curativas, incorporando outros saberes que o habilitem nesse processo de interação cotidiana com as famílias (GOMES et al., 2010).

Objetivo

Sendo assim, o objetivo deste estudo é relatar a importância da educação permanente na atenção primária à saúde.

Métodos

O presente trabalho trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência sobre uma oficina que ocorreu no mês de julho de 2019 com os ACS de duas equipes da Estratégia Saúde da Família do município de Porto Velho. Foi realizado um ciclo de nove oficinas que abordaram diversas temáticas do trabalho do ACS, dentre elas a 6ª oficina que abordou “A promoção da saúde e a educação em saúde”. A oficina foi conduzida com base em metodologias ativas de ensino, com a participação e interação dos profissionais na apresentação, com dinâmicas e discussão dos principais conceitos e aplicação dos mesmos às práticas cotidianas.

Para melhor fundamento teórico do tema, foi entregue um texto de apoio a cada participante. Inicialmente foi lançada uma pergunta disparadora, sobre a percepção que os ACS tinham em relação à educação em saúde no seu trabalho junto à equipe. Posteriormente foi apresentado o conceito de educação em saúde e sua relação com a promoção da saúde. Em seguida foi realizada análise de duas situações cotidianas comuns ao trabalho do ACS, onde foram exploradas as possibilidades de realização de educação em saúde de modo individual e coletivo.

Resultados

Foi possível compreender as principais dificuldades dos ACS em relação às atividades de educação em saúde. Inicialmente os mesmos relataram que não receberam capacitação sobre o modo e as possibilidades de se fazer educação em saúde. Foi constatado, através dos relatos, que os ACS sentiam dificuldades em colocar em prática a educação em saúde devido à mecanicidade do trabalho e das condições de trabalho. Além disso, expuseram a falta de alguns recursos que julgavam importantes para realização da educação em saúde na área adscrita. Por meio dos diálogos vivenciados na 6ª oficina, foi percebido que os ACS já realizavam educação em saúde em diversos contextos como nas atividades em grupo junto à equipe e nas visitas à família no domicílio, por exemplo; todavia sem o adequado preparo, gerando desconforto em suas práticas.

No trabalho educativo do ACS há intencionalidade, e esta precisa ter como alicerce reflexões sobre as estratégias utilizadas para que se possa chegar ao objetivo

real. Contudo, para que haja transformação de uma determinada realidade sob a ótica da educação em saúde é primordial que o ACS esteja inserido no processo de educação permanente onde seja encorajado ao pensamento crítico-reflexivo, participando da construção dos saberes no serviço de saúde e comunidade, ou seja, um trabalho educativo voltado à reflexão e ação (MOROSINI, 2008).

É preciso dar ênfase às atividades de educação permanente no serviço, enquanto eixo estruturante para as ações de educação em saúde. Falkenberg et al., (2014) destaca os principais atores envolvidos nas práticas de educação em saúde sendo os profissionais de saúde que atuam com ênfase na prevenção e promoção, os gestores e a população que necessita de autonomia e participação nos cuidados de saúde individuais e coletivos.

Ao final da 6ª oficina, percebeu-se a importância de um espaço de construção do saber e de trocas de experiências entre os ACS e a equipe multiprofissional, evidenciando a importância e o significado da EPS para o ensino/serviço.

Conclusão

O aparato teórico-prático viabilizado por meio da educação permanente em saúde no serviço junto à equipe multiprofissional apresenta-se como possibilidades de trocas de experiências e co-responsabilização no ensino/serviço, ampliando olhar do Agente Comunitário de Saúde enquanto sujeito nas ações de educação em saúde do seu território.

Em todo o ciclo com as nove oficinas obteve-se êxito em apresentar, problematizar, discutir e vivenciar o trabalho da equipe e principalmente dos ACS junto à população e ao território adscrito. Houve aproveitamento das oficinas enquanto momento e espaço de construção do conhecimento voltado às práticas diárias na atenção à saúde das famílias.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n. 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras

providências [legislação na Internet]. Brasília; 2007. [citada 2009 jun.20]. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria_1996-de_20_de_agosto-de-2007.pdf

Boehs, Astrid Eggert et al. A interface necessária entre enfermagem, educação em saúde e o conceito de cultura. *Texto e Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 307-314, 2007.

Ceccim RB e Capozzolo AA. Educação dos profissionais de saúde e afirmação da vida: a prática clínica como resistência. In: MARINS, J. J. N. et al. *Educação médica em transformação*. São Paulo: Abem / Hucitec, 2004. p. 346-390.

Ceccim RB. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface Comun Saúde Educ*. 2005;9(16):161-77.

Chiesa AM, Fracolli LA. O trabalho dos agentes comunitários de saúde nas grandes cidades: análise do seu potencial na perspectiva da promoção da saúde. *Rev Bras Saúde Fam*. 2004;2:42-9

Davini MC, Nervi L, Roschke MA. Capacitación del personal de los servicios de salud: proyectos relacionados con los procesos de reforma sectorial. Quito: Organización Panamericana de Salud; 2002.

Davini MC. Enfoques, problemas e perspectivas na educação permanente dos recursos humanos de saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde* [Internet]. Brasília; 2009 [citado 2009 dez 15]. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf

Falkenberg MB. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva **Ciênc. saúde coletiva** 19 (03) Mar 2014 • <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n3/847-852>.

Gomes KO, Cotta RMM, Mitre SM, Batista RS, Cherchiglia ML. O Agente Comunitário de Saúde e a consolidação do Sistema Único de Saúde: reflexões contemporâneas. *Physis: revista de saúde coletiva*, [periódico na Internet]. 2010 dez [citado 2013 mar 27]; 20 (4): 1143-64, Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/physis/v20n4/a05v20n4.pdf>

Merhy EE, Feuerwerker LCM, Ceccim RB. Educación permanente en salud: una estrategia para intervenir en la micropolítica del trabajo en salud. *Salud Colect*. 2006;2(2):147-60.

Morosini MV, Fonseca AF, Pereira I. Educação em Saúde. In: Pereira IB, Lima JCF, organizadores. *Dicionário de Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; 2008.

Noronha MGRCS, Cardoso PS, Moraes TNP, Centa ML. Resiliência: nova perspectiva na Promoção da Saúde da Família? *Ciênc. saúde coletiva* [periódico na Internet]. 2009 abr [citado 2013 mar 27]; 14 (2): 497-506. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S1413-81232009000200018&lng=en&nrm=iso&tlng=pt